

## Fiscais condenam descaso

Entidade de analistas e técnicos suspeita que ministérios estão atendendo a interesses políticos ao manterem sem controle os recursos que deveriam ser distribuídos às famílias de baixa renda

Lúcio Vaz e Lilian Tahan  
Da equipe do Correio

Ações de fiscalização e controle na execução dos programas sociais do governo federal não faltam. A Controladoria Geral da União (CGU) já realizou milhares de inspeções em prefeituras pelo país afora. Para o presidente da União Nacional dos Analistas e Técnicos de Controle, Fernando Antunes, o que falta é a resposta do governo: “Os relatórios da CGU circulam de mão em mão e ninguém faz nada. Se os ministérios continuarem a mandar dinheiro sem checar a aplicação, não vão chegar a lugar algum. Talvez o governo não queira desagradar a grupos políticos, para não se complicar com a sua base no Congresso”.

A maior parte das ações de fiscalização em 2003 foi feita nos programas Bolsa Escola (914 ações) e Alimentação Escolar (1.154). O primeiro objetiva o repasse direto de recursos para crianças de famílias de menor renda, contribuindo para a redução da evasão escolar e da repetência. Foram encontradas irregularidades como o benefício de alunos que não se enquadram nos requisitos do programa, beneficiários com índice de renda per capita superior ao determinado pelo programa e deficiência no controle da frequência pelas prefeituras.

No programa Alimentação Escolar, que visa a aquisição de alimentos, preparo e distribuição de merenda escolar, foram registradas irregularidades como a falta de nutricionistas e de merendeiras, a armazenagem inadequada de gêneros alimentícios, a falta de fornecimento de merenda, a utilização de alimentos estragados ou com prazo de validade vencido, o favorecimento de empresa vencedora de licitação e o envio de merenda constituída apenas de sucos, biscoitos e achocolatados.

As inspeções da CGU constataram falhas nos programas sociais do governo em cidades de 14 estados. No município de São João das Missões, em Minas Gerais, por exemplo, os auditores descobriram que os servidores responsáveis pelo gerenciamento do Bolsa-Escola são despreparados para a função. “Há falhas como o não desligamento de alunos do programa por motivos relacionados à infrequência, pela conclusão do ensino fundamental e por mudança de residência de famílias do município”.

Em Pitimbu, município de Pernambuco, os técnicos concluíram que houve negligência na atuação do conselho responsável por fiscalizar a aplicação do Bolsa Escola na cidade. O relatório mostra que a aprovação dos cadastros das famílias beneficiadas pelos programas sociais não passou pela avaliação prévia desses gestores, uma vez que a data da revisão é posterior à aprovação dos cadastros.

### Auditoria

Auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) já apontou a inoperância dos órgãos do governo federal na adoção de medidas para corrigir as falhas ou irregularidades apuradas pela Controladoria. O controlador-geral da União, Waldir Pires, reclamou da omissão dos órgãos gestores dos programas em carta enviada aos ministros em março deste ano. Concluída em junho, a auditoria registra que, das 121 situações de irregularidades, 118 aguardavam a adoção de providências por parte do gestor do projeto praticamente sete meses depois da identificação das falhas pelas fiscalizações da Secretaria Federal de Controle Interno.

O tribunal também apontou falhas no trabalho da CGU. Dos 4.200 programas fiscalizados em 131 municípios, o relatório consolidado da Controladoria retrata 445 em situação de irregularidade. No entanto, a análise de cada uma dessas irregularidades permitiu aos auditores do TCU identificar 313 casos em que a CGU não mensurou valores, seja o total de recursos liberados pelos cofres federais, o valor da despesa ou mesmo o montante do risco potencial estimado. Das 121 situações de irregularidades com indicação de valor potencial, houve resposta quanto à adoção de algum tipo de providência em apenas 13 casos. Desses, oito indicam a instauração de tomada de contas especial.

## Os programas e as suas falhas ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Tem por objetivo contribuir com a redução da evasão e do índice de repetência dos alunos do ensino pré-escolar e fundamental de escolas públicas e filantrópicas. Foram realizadas 1.154 fiscalizações *in loco* em 2003, para verificar os processos de aquisição e armazenagem dos alimentos, preparo e distribuição da merenda.

### Falhas

Falta de merenda ou alimento insuficiente para atender aos alunos, prefeituras que enviam às escolas rurais apenas sucos, biscoitos e achocolatados, falta de nutricionistas e merendeiras, merenda preparada fora da escola e de forma inadequada, armazenamento inadequado, alimentos estragados ou com prazo de validade vencido, direcionamento para empresa vencedora de licitação.

### FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA

Visa promover a melhoria da qualidade das escolas e dos sistemas de ensino fundamental em microregiões dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para ampliar a permanência das crianças de 1ª a 8ª séries nas escolas. Foram realizadas 236 ações de controle para acompanhar a construção de escolas, obras de melhorias e distribuição de mobiliários.

### Falhas

Despesas em desacordo com o Plano de Trabalho Anual, preços de serviços contratados acima aos praticados pelo mercado, despesas pagas sem a respectiva execução dos serviços, não-identificação do programa nos bens adquiridos e serviços realizados que não atendem aos padrões estabelecidos pelo Fundescola.

### BOLSA ESCOLA

Objetiva incentivar financeiramente as crianças de famílias de menor renda, contribuindo para a redução da evasão escolar. Os recursos são repassados diretamente ao beneficiário, por meio da Caixa Econômica Federal. Foram feitas 914 ações de controle para verificar os cadastros das famílias, o controle exercido pelas prefeituras e o pagamento dos benefícios.

### Falhas

Foram beneficiados alunos que não se enquadram nos requisitos da Bolsa Escola, beneficiários com índices de renda *per capita* superior ao determinado pelo programa, deficiência do controle de frequência escolar pelas prefeituras, inoperância dos conselhos de controle social e falhas nos dados cadastrais dos beneficiários.

## DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Visa assegurar as condições mínimas de funcionamento das escolas públicas do ensino fundamental. Adota a estratégia de transferência de recursos diretamente para as prefeituras. As 282 ações de controle realizadas verificaram se as escolas têm conhecimento da existência do programa e se adquirem os materiais.

### Falhas

Desconhecimento da existência do programa pelas escolas, falhas nos processos licitatórios, não distribuição dos produtos adquiridos às escolas, deficiência nos controles internos das prefeituras, deficiência no controle da entrega e armazenagem do material, empresas contratadas não localizadas no endereços constantes nas notas fiscais e desvio de finalidade de materiais.

### TRANSPORTE ESCOLAR

Tem por objetivo garantir o transporte das crianças às escolas, com o repasse dos recursos a prefeituras e organizações não-governamentais (ONGs) para a aquisição de veículos automotores. Foram realizadas 127 ações de controle, para verificar os aspectos legais de aquisição de veículos, o controle de utilização e a quantidade de alunos beneficiada.

### Falhas

Não atendimento de todos os alunos, identificação dos veículos em desacordo com resolução do FNDE, não aplicação de recursos no mercado financeiro enquanto não utilizados, falta de controle na utilização dos recursos e utilização em atividades diversas das previstas no programa.

### EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O objetivo é inserir a comunidade estudantil de primeiro e segundo graus na informatização, por meio da aquisição de equipamentos de informática. As 173 ações de controle verificaram se os equipamentos enviados encontravam-se nos núcleos de tecnologia educacional, as condições das instalações, de segurança e assistência técnica.

### Falhas

Deficiência na conservação e na segurança dos equipamentos, equipamentos de informática sendo utilizados para atividades escolares de forma deficiente e falta de programas educativos para utilização nas disciplinas.

(Correio Braziliense - 19/10)